



**Ata de Reunião (Nº 238)**

1 Aos vinte e seis dias do mês de abril do ano de dois mil e dezenove, às nove horas, na  
2 sede da RIOPRETOPREV, sito à Rua General Glicério nº 3553, Centro, realizou-se  
3 **Reunião Ordinária** do Conselho Municipal de Previdência (C.M.P.), com a presença  
4 dos membros: Eugênio Maria Duarte, Emília Maria Martins de Toledo Leme, Carlos  
5 Henrique de Oliveira, Willem de Lazari Araújo, Celso Aparecido de Cerqueira  
6 Barreiro, Silvana Aparecida da Rocha Delfino, Maria Aparecida Trazzi Vernucci Silva e  
7 Andreia Peres. Também estiveram presentes na reunião o Superintendente, Jair  
8 Moretti, as servidoras aposentadas: Lilliam Serafim Nogueira Padovan e Adriana  
9 Rambaiolo Tonin. A reunião teve a seguinte pauta: **I – Abertura dos Trabalhos: 1.1)**  
10 **Verificação de quórum. 1.2) Palavra do Presidente. 1.3) Palavra da**  
11 **Superintendência. 1.4) Palavra dos Membros. II – Atas e Comunicados: 2.1)**  
12 **Apreciação e votação das atas das reuniões anteriores (Ata 235 e 236); 2.2)**  
13 **Relatório de Gestão Corporativa (ref. ao 2º Semestre de 2018 – será enviado até**  
14 **10/05/2019); 2.3) Informações sobre cursos: não há. III – Ordem da Pauta do**  
15 **dia: 3.1) Apreciação e Aprovação do Plano de Custeio definido na Avaliação**  
16 **Atuarial de 2019. 3.2) Apreciação e Aprovação da Alteração da Política de**  
17 **Investimentos de 2019 (presença do representante da LDB). 3.3) Apreciação e**  
18 **Aprovação da Proposta do Novo Regimento Interno do Conselho Municipal de**  
19 **Previdência.** A reunião teve início com a verificação do quórum, o qual estava de  
20 acordo com o §8º do art. 104 da Lei Complementar 139/2001, com redação dada pela  
21 Lei Complementar nº 364/2012. A presidente do colegiado, Emília Maria Martins de  
22 Toledo Leme, agradece a todos pela presença e passa a palavra para o Diretor  
23 Superintendente, Jair Moretti, que informa ao colegiado sobre o envio das informações  
24 à empresa que fará a pré-auditoria para adesão da Autarquia ao nível II do programa de  
25 certificação institucional da Secretaria de Previdência, o Pró-Gestão RPPS, mas diz que  
26 a meta é chegar ao nível III nos próximos anos. Continua, Jair Moretti, informando  
27 sobre a iniciativa da Autarquia de realizar o plantio de uma árvore a cada 10.000 folhas  
28 de papel economizadas, economia essa já atingida pela RIOPRETOPREV por conta  
29 da implantação do sistema de processo digital. O plantio dessa árvore, provavelmente,  
30 será feito em alguma escola municipal a ser escolhida oportunamente. O Diretor  
31 Superintendente frisa que a Autarquia é o primeiro órgão do Município a implantar o  
32 sistema de processo digital e espera que tal feito sirva de inspiração para toda  
33 municipalidade e de exemplo para as crianças. Jair Moretti, ainda em sua fala, traz ao  
34 colegiado uma nova proposta de data para realização da Audiência Pública de  
35 Prestação de Contas, anteriormente prevista para 22/05/19, sugerindo que seja  
36 realizada em 10/06/19. O conselheiro Carlos Henrique de Oliveira apontou que dia  
37 10/06/19 é uma segunda-feira, e diz que esse dia da semana não seria bom para os



38 servidores, por isso sugere que a Audiência Pública seja realizada dia 13/06/19, numa  
39 quinta-feira, se possível às 18 horas. Não havendo objeção à proposta, ficou definida a  
40 data e hora proposta pelo conselheiro, havendo apenas que se verificar,  
41 posteriormente, a disponibilidade dos auditórios da Prefeitura. Passando a palavra aos  
42 membros, a conselheira Silvana Aparecida da Rocha Delfino diz, a respeito do projeto  
43 de plantio de árvores de acordo com a economia de papel, que tente se dar uma ampla  
44 visibilidade junto aos meios de comunicação, pois é uma grande iniciativa e merece ser  
45 divulgada, não só para as crianças, mas para todos. O conselheiro Wilclem de Lazari  
46 Araújo pede a palavra e diz que o processo digital não só trouxe economia de papel,  
47 mas também agilidade e transparência aos processos; os segurados são notificados  
48 automaticamente, através de e-mail, sobre cada movimentação ou despacho em seu  
49 processo. O conselheiro Eugênio Maria Duarte, no uso da palavra, diz que na última  
50 reunião foi falado sobre os terrenos que a Prefeitura transferiu para a  
51 RIOPRETOPREV e, ao seu ver, o colegiado tem que discutir o que se fazer com esses  
52 terrenos, pois parados geram despesas. O Superintendente, Jair Moretti, informa que a  
53 Autarquia, através de uma empresa contratada, produziu material publicitário para  
54 divulgação dos terrenos, e que já existem empresários interessados em algumas áreas;  
55 diz ainda que há um trâmite legal a ser percorrido, mas, porá o conselho a par do  
56 andamento dessa possibilidade negociação de venda/utilização dos terrenos. O  
57 conselheiro Carlos Henrique de Oliveira pede a palavra, saúda a todos os presentes, em  
58 especial as servidoras aposentadas Lilliam Serafim Nogueira Padovan e Adriana  
59 Rambaiolo Tonin, ressaltando a importância da participação dos segurados no  
60 acompanhamento dos trabalhos do Conselho Municipal de Previdência. Continuando,  
61 o conselheiro relembra o debate ocorrido no dia 04/04/19 sobre o impacto da reforma  
62 da previdência na RIOPRETOPREV, ressaltando os pontos a seguir: i) a alteração do  
63 § 6º do Art. 40 da CF, que propõe o regime de capitalização individual que, segundo  
64 Carlos Henrique de Oliveira, significa que os servidores que ingressarem por concurso  
65 após aprovação da reforma não contribuirão mais para a RIOPRETOPREV, tendo  
66 suas contribuições depositadas em uma conta individual em um determinado banco; ii)  
67 o Art. 201-A, que versa sobre a modalidade de contribuição definida, onde se sabe o  
68 valor da contribuição, mas, não se sabe o valor do benefício futuro, diferentemente do  
69 sistema atual que tem como base o sistema de benefício definido; iii) o Art. 115, que  
70 diz que tal sistema será implementado alternativamente ao Regime Próprio e ao  
71 Regime Geral: alternativo, e não complementarmente; iiiii) o Inciso 7º do Art. 115 que  
72 diz sobre a possibilidade de contribuição patronal, o que, segundo o conselheiro, quer  
73 dizer que o ente não será mais obrigado a contribuir para a aposentadoria dos  
74 trabalhadores; iv) diz que o texto veda a transferência de recursos para os regimes de  
75 previdência, veda os aportes para cobertura do déficit atuarial, instituindo a



76 possibilidade de alíquota extraordinária para os servidores ativos e aumento da base de  
77 contribuição dos servidores inativos, acima do salário mínimo, e não sobre o que  
78 exceder o teto do regime geral; v) o aumento da contribuição do servidor para 14%.  
79 Após citar tais pontos, o conselheiro Carlos Henrique diz que a reforma da  
80 previdência, se aprovada dessa maneira, será prejudicial à RIOPRETOPREV, pois, em  
81 resumo, os servidores que fazem parte do plano atual não darão conta de bancar o  
82 déficit, mesmo com aumento da idade mínima para aposentadoria, mesmo com  
83 aumento da alíquota, mesmo com a maior contribuição dos aposentados. O  
84 conselheiro Carlos Henrique de Oliveira parabeniza a Autarquia por promover a  
85 videoconferência com o atuário da Caixa Econômica Federal para apresentação e  
86 esclarecimentos sobre o cálculo atuarial, e informa aos pares que o Sindicato dos  
87 Servidores Públicos Municipal realizou reunião com o Prefeito, na qual o  
88 Superintendente Jair Moretti participou, na qualidade de Secretário de Governo, além  
89 de outros Secretários de pastas importantes da Prefeitura Municipal, e diz que foi  
90 manifestada a preocupação do Sindicato frente ao apontamento do Tribunal de Contas  
91 do Estado que, em sua sentença, apontou para a possibilidade insolvência do plano; diz  
92 o conselheiro esperar ter sensibilizado a todos sobre a gravidade da questão. Por fim,  
93 Carlos Henrique de Oliveira diz que o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais,  
94 juntamente com outros Sindicatos, estão se mobilizando, seja na colheita de  
95 assinaturas, seja na realização de panfletagem e manifestações, para levar ao  
96 conhecimento da população os malefícios da reforma da previdência proposta, na  
97 tentativa de defender os interesses dos trabalhadores, servidores e, inclusive, da  
98 RIOPRETOPREV, e aproveita para convidar a todos para o ato que o Sindicato irá  
99 promover dia 01/05/19, no anfiteatro da Represa. O Superintendente, Jair Moretti,  
100 pede a palavra e diz que a reforma, caso aprovada, será imposta a RIOPRETOPREV,  
101 mas diz que a situação não será tão ruim assim e que o déficit deverá diminuir. Diz  
102 ainda, Jair Moretti, que, caso a RIOPRETOPREV não consiga arcar com suas  
103 obrigações, a Prefeitura é obrigada a arcar, e salienta que quando a Autarquia foi criada  
104 a situação era pior, o déficit representava 112% do orçamento do Município e, hoje, o  
105 déficit representa 80% do orçamento, ou seja, o orçamento da Prefeitura cresce mais  
106 que o déficit e com certeza, na falta da RIOPRETOPREV, a Prefeitura irá pagar todas  
107 as obrigações. O conselheiro Carlos Henrique de Oliveira questiona e diz achar  
108 impossível algum prefeito tirar dinheiro de outras necessidades para pagamento de  
109 aposentadorias, algo que nem mesmo a população da cidade apoiaria. Passando ao item  
110 2.1 da pauta, **as Atas nº 235 e nº 236 foram aprovadas.** Quanto ao item 2.2, o  
111 Diretor Executivo, Adriano Antônio Pazianoto, esclarece que o Relatório de Gestão  
112 Corporativa referente ao 2º Semestre de 2018 será enviado até 10/05/2019, pois houve  
113 um novo atraso, por conta de algumas atividades para o Pró-Gestão. Adentrando à



114 Ordem da Pauta do dia, a presidente do colegiado, Emília Maria Martins de Toledo  
115 Leme, coloca em discussão a apreciação e aprovação do plano de custeio definido na  
116 avaliação atuarial de 2019, ressaltando que, segundo o atuário da Caixa Econômica  
117 Federal, o plano de custeio atual é suficiente e deve ser mantido. O conselheiro Carlos  
118 Henrique de Oliveira pede para iniciar a discussão lendo o Art. 2º da Portaria  
119 464/2018, que diz que os dirigentes e membros dos conselhos deliberativo e fiscal do  
120 RPPS e os gestores e representantes legais do ente federativo deverão pautar suas ações  
121 pela observância das prescrições legais e demais normas regulamentares e pela busca da  
122 sustentabilidade de longo prazo do regime próprio de previdência social. Também  
123 pede para que se registre o § 1º do referido artigo que diz que o atendimento aos  
124 padrões mínimos estabelecidos nesta Portaria e em normas correlatas não exime os  
125 responsáveis do ônus de demonstrar, tempestivamente, a adequação das hipóteses e  
126 premissas atuariais, regimes financeiros e métodos de financiamento adotados para o  
127 RPPS. O conselheiro Carlos Henrique de Oliveira diz que leu e pediu registro dos  
128 trechos da citada Portaria para lembrar os demais membros da responsabilidade que o  
129 colegiado tem. O Diretor Superintendente, Jair Moretti, registra que o estudo atuarial é  
130 feito por pessoas competentes, funcionários públicos de carreira, concursados, com  
131 credibilidade, e por isso pede ao colegiado que aprove o plano de custeio que vem  
132 sendo executado, conforme orientam os atuários. O conselheiro Carlos Henrique de  
133 Oliveira diz que tem dúvidas quanto a afirmação do atuário de que o plano de custeio  
134 vigente é adequado, pois, segundo o conselheiro, desde a vigência desse plano o déficit  
135 atuarial só aumentou, dobrando desde 2012. Ainda, Carlos Henrique de Oliveira diz  
136 que o atuário alegou que o aumento do déficit se deu pelo aumento elevado do número  
137 de aposentados, pela diminuição da quantidade de servidores ativos e pelo não  
138 atingimento da meta atuarial, fatos esses que não ocorreram em outros anos do  
139 passado e, mesmo assim, o déficit também aumentou em alguns deles. A presidente,  
140 Emília Maria Martins de Toledo Leme, diz que o plano de amortização do déficit tem  
141 embasamento técnico, até porque o Ministério da Previdência, à época, não teria aceito  
142 um plano que não fosse convalidado por um estudo técnico atuarial, e qualquer  
143 alteração que se pretenda fazer deve ser acompanhada de uma nova avaliação atuarial.  
144 Carlos Henrique de Oliveira diz acreditar que a melhor maneira de resolver esse *la*  
145 impasse é a realização de uma auditoria atuarial independente que, segundo o  
146 conselheiro, era prevista na LC 139/2001, mas foi retirada do texto sem nunca ter sido  
147 realizada. Carlos Henrique de Oliveira propõe que se suspenda o debate e votação do *la*  
148 plano de amortização e que seja realizada uma auditoria atuarial para, após, voltar-se a  
149 discutir o tema. O Diretor Superintendente, Jair Moretti, pondera que a aprovação do  
150 plano de custeio é necessária para manutenção da regularidade do regime de  
151 previdência, e que uma auditoria tem um custo alto, sendo que já houve dúvidas no



152 passado em relação ao cálculo atuarial, tanto que também já houve ano em que foram  
153 realizados mais de um cálculo, tendo esse mesmo colegiado optado por adotar o  
154 estudo produzido pela Caixa Econômica Federal e, por isso, acredita ser desnecessária  
155 tal auditoria. O conselheiro Wilclem de Lazari Araújo afirma aos pares acreditar ser  
156 mais sensato aguardar a aprovação da reforma da previdência, pois essa trará alterações  
157 significativas na avaliação atuarial e, também, pede que seja feita uma pesquisa de  
158 mercado antes da aprovação da realização da auditoria, para saber ao certo o que o  
159 serviço contemplaria e o custo, pois pode ser que paguemos caro e não se tenha as  
160 respostas desejadas. O conselheiro Eugênio Maria Duarte pede a palavra e diz que  
161 existem auditorias e auditorias, por isso se deve procurar por empresas isentas e com  
162 referências positivas. A presidente Emília Maria Martins de Toledo Leme diz que se  
163 deve fazer uma pesquisa de preço da auditoria atuarial e, mais do que isso, verificar o  
164 serviço que será prestado e os objetivos da auditoria. Enfim, colocada em votação a  
165 aprovação do Plano de Custeio, Carlos Henrique de Oliveira vota contra, pelos  
166 motivos por ele já expostos, acompanhado pela conselheira Maria Aparecida Trazzi  
167 Vernucci Silva; os conselheiros Eugênio Maria Duarte, Andreia Peres, Wilclem de  
168 Lazari Araújo e Emília Maria Martins de Toledo Leme votam a favor, restando  
169 **aprovado o Plano de Custeio definido na Avaliação Atuarial de 2019**. Colocada  
170 em votação a aprovação de contratação para realização de auditoria atuarial, o  
171 conselheiro Wilclem de Lazari Araújo votou contra, pelos motivos por ele já expostos,  
172 os conselheiros Carlos Henrique de Oliveira, Maria Aparecida Trazzi Vernucci Silva,  
173 Eugênio Maria Duarte, Andreia Peres e Emília Maria Martins de Toledo Leme votam a  
174 favor, restando **aprovada a contratação e realização de auditoria atuarial**.  
175 Passando-se ao item 3.2, apreciação e aprovação da alteração da Política de  
176 Investimentos de 2019, foi convidado a participar da reunião, nesse momento, o  
177 senhor Marcos Almeida, representante da empresa LDB Consultoria Financeira, que  
178 presta serviço à RIOPRETOPREV, para realizar a apresentação. Ele destacou as  
179 alterações trazidas pela Resolução CMN nº 4695, que criou o artigo 9º, dedicado aos  
180 investimentos no exterior, e a necessidade de se contemplar uma política de  
181 contingenciamento, ou seja, um plano de ação para um possível desenquadramento  
182 passivo em relação aos limites de investimento permitidos para cada artigo e tipo de  
183 ativo. Além disso, complementa Marcos Almeida, a nova resolução trouxe a  
184 necessidade de se indicar três percentuais para cada tipo de investimento: o alvo, o  
185 mínimo e o máximo. Informa também que a alteração da Política de Investimentos  
186 apenas se fez necessária para adequação à legislação. Em seguida, Marcos Almeida  
187 apresentou a tabela de alocação objetivo e os limites de aplicação em cada um dos  
188 segmentos. Explica que, quanto ao plano de contingenciamento, não há uma regra  
189 específica para não engessar, ou seja, o Comitê de Investimentos propõe que se analise



190 cada caso especificamente para que se tome a melhor medida. O conselheiro Carlos  
191 Henrique de Oliveira diz que gostaria de sugerir ao Comitê de Investimentos a  
192 realização do estudo de ALM, que, segunda Marcos Almeida, é um estudo do  
193 casamento entre o ativo e o passivo do regime de previdência, sendo que esse estudo  
194 traz, inclusive, sugestões de alocação dos ativos condizentes com a meta atuarial e a  
195 solvabilidade do regime. Carlos Henrique de Oliveira diz ainda que, pelo seu  
196 entendimento, não há um plano de contingenciamento, e sugere também que o Comitê  
197 pense em criar regras para esse fim. Por fim, a **alteração da Política de**  
198 **Investimentos foi aprovada por unanimidade.** Pelo adiantado da hora, o item 3.3,  
199 apreciação e aprovação da proposta do novo regimento interno do Conselho  
200 Municipal de Previdência, ficou para ser analisada e discutida na próxima reunião do  
201 colegiado. Sem mais assuntos, é encerrada a reunião. Assim, eu, Adriano Antônio  
202 Pazianoto \_\_\_\_\_ lavro a presente ata que, para fins de consolidação, vai  
203 assinada por mim e por todos os presentes.

  
EUGÊNIO MARIA DUARTE

  
EMÍLIA MARIA MARTINS DE  
TOLEDO LEME


  
CARLOS HENRIQUE DE OLIVEIRA

  
WILCLEM DE LAZARI ARAUJO

CELSO APARECIDO DE CERQUEIRA  
BARREIRO

  
ANDREIA PERES

MARIA APARECIDA TRAZZI  
VERNUCCI SILVA

  
SILVANA APARECIDA DA ROCHA  
DELFINO